

Experiências sexuais precoces: observando uma realidade 6

Santússia Nunes Rabelo*
Carlos Alberto Dias**

Resumo

O presente artigo é uma reflexão concernente à questão das experiências sexuais precoces e dos efeitos negativos provocados por uma interdição tardia de tais experiências, já consideradas normais pelas crianças e adolescentes em questão.

Os autores, partindo de suas experiências de intervenção clínica em instituições de amparo ao menor, bem como do trabalho psicoterápico com crianças que apresentam distúrbios de conduta sexual, chamam a atenção para a necessidade de uma melhor preparação dos educadores, mas, sobretudo daqueles que trabalham diretamente com crianças que viveram nas ruas antes de serem inseridas nas instituições de amparo ao menor.

Tais crianças, depois de iniciadas nas práticas sexuais, apresentam diversas dificuldades de inserção no ambiente institucional e encontram,

* Psicóloga. Professora do Centro Universitário do Leste de Minas – MG. Mestre em Psicopatologia e Doutoranda pela Université de Picardie Jules Verne – França.

** Psicólogo. Professor da Universidade Vale do Rio Doce – MG. Mestre em Psicopatologia e Doutorando pela Université de Picardie Jules Verne – França.
e-mail: santussia@wanadoo.fr; dias@wanadoo.fr

Recebido em 13.05.02

Aprovado em 10.06.02

também, dificuldades de aceitar e compreender a nova moral que lhes deve servir de orientação. Salientam-se ainda, os riscos decorrentes das tentativas de dominação exercida pelas crianças maiores, mais fortes e mais experientes, sobre aquelas que não tiveram experiências nas ruas, sendo que essas últimas se tornam um alvo fácil de violência física e sexual no seio da instituição.

Após algumas considerações sobre o lugar que tal reflexão ocupa no cenário político nacional, bem como o lugar que a educação social ocupa na família e no sistema escolar, os autores concluem que a interdição tardia imposta à criança e ao adolescente, de forma brusca e radical, constitui-se num fator traumático suplementar na vida de crianças já bastante vitimadas e marcadas pela violência social.

Introdução

Nossa atuação enquanto psicólogos da área clínica e institucional, colocou-nos em contato com uma realidade diferente, flagrante, dramática, que denuncia um cenário complexo, apresentando em seu cotidiano, momentos de tristezas, de descaso e covardia, de amor e de dedicação de que são alvo os meninos de rua da cidade de Governador Valadares (MG). Ontem, menores de rua, órfãos, abandonados e fugitivos; hoje, crianças inseridas, à força, num sistema educacional graças ao processo de institucionalização.

Crianças que viveram nas ruas por diferentes motivos, vêem-se de um momento a outro, obrigadas a confrontar e superar rígidas normas de disciplina e educação, necessárias à vida em comunidade. Uma vida diferente das anteriores, cheias de novidades, brincadeiras, risos, mas, também de proibições, frustrações e muitos obstáculos. Porém, uma vida não mais rica que a precedente; muito pelo contrário, extremamente castradora, decepcionante, pouco motivante, às vezes sem graça, difícil de aceitar, insuportável para aqueles que conquistaram nas ruas um espaço de "liberdade".

Abandonados, largados à própria sorte e, depois, por diversas vezes capturados, esses meninos se encontram, enfim, numa instituição de menores. Crianças vindas das ruas e de lares desfeitos, de diferentes realidades e por diferentes motivos, iniciam-se num processo de institucionalização extremamente complexo e exigente. Mudar de vida, tornar-se outra pessoa, alguém diferente, fazer outras coisas; tudo isso se torna uma obrigação e um desafio que poucos são capazes de superar.

Nosso universo de observação

Durante nossa atuação como psicólogos clínicos em instituições de amparo ao menor na Região do Vale do Rio Doce, duas situações especiais

chamaram nossa atenção. A primeira se refere às experiências sexuais vividas por crianças (em nosso caso, meninos) antes de completarem dez anos; e, a segunda, à diferença significativa na expressão do comportamento emocional dos meninos que estão na instituição: entre aqueles que tiveram parte de sua trajetória de vida nas ruas e aqueles que vieram diretamente para a instituição após o abandono, a separação ou morte dos pais.

Embora, aparentemente, essas crianças possuam muitas características comuns, na realidade, cada uma delas teve uma história de vida bem peculiar. Grande parte delas foi obrigada a deixar suas famílias devido a condições de pobreza extrema, mortes, abandono ou maus tratos dos pais ou responsáveis. Em todos esses casos, ousamos dizer que a fuga para as ruas se apresenta como uma opção sedutora, um refúgio por excelência. Viver nas ruas com excesso de liberdade, facilita à criança o acesso a determinadas experiências que em outras situações, ditas normais, seriam negadas. Seja na família ou nas instituições, a criança é obrigada a respeitar uma série de regras disciplinares. Obedecer a tais regras, não passa de uma forma de controle e de educação que evita, sobretudo, entre outras coisas, o confronto da criança com experiências sexuais, fato que não se constata no cotidiano das ruas.

Dentre as inúmeras experiências vividas por esses meninos nas ruas, a que mais chamou nossa atenção se refere às práticas sexuais. Na grande maioria dos casos, quando esses meninos chegam a se refugiar nas ruas, já são conhecedores e já foram iniciados nas práticas sexuais. Assim, podemos observar, através das atividades desenvolvidas com os menores na instituição, a presença de um grande número de sentimentos e fantasias que são normalmente encontrados na vida sexual dos adultos. Práticas como: automasturbação, masturbação a dois e relações sexuais, sejam entre crianças de mesmo sexo ou sexos diferentes, e entre crianças e adultos, já fazem parte de suas experiências, antes deles chegarem à instituição. Tais práticas são em grande parte, o resultado da repetição de um comportamento sexual de adulto, por vezes iniciado pelos próprios pais. A atitude se torna repetitiva devido ao reforço (motivação) que a criança recebe de pessoas próximas a ela e que se tornam parte de seu cotidiano familiar. O que se observa com clareza é que tais práticas, na sua grande maioria, surgem no seio familiar e posteriormente, continuam sua trajetória por onde a criança passa. Como uma trajetória "infecto-contagiosa", o mesmo comportamento se observa na escola, nas ruas, com os vizinhos, e finalmente, nas instituições de amparo ao menor.

O confronto com essa realidade nos preocupa e é suficiente para que façamos uma previsão desastrosa para o meio institucional. Meninos vítimas de abuso sexual passam a incorporar experiências sexuais de adultos e a reproduzir os mesmos gestos com outros internos. Esta é a situação que nos inquieta e que, particularmente, impulsiona-nos a pesquisar, refletir e questionar sobre o assunto.

Contexto

Nossas investigações foram realizadas em Governador Valadares, cidade situada a leste do estado de Minas Gerais. Contando com uma população próxima a 247.000 habitantes, é um importante pólo regional para o qual convergem diversas demandas (saúde, educação, comércio e outros) de inúmeras cidades vizinhas. De forma geral, mas, sobretudo economicamente, essa cidade reflete a realidade do País, visto que a detenção da riqueza econômica, bem como do poder político, é centralizada nas mãos de um pequeno grupo. Observa-se, ainda, a existência de uma classe média “agônizante”, “responsável” por manter o equilíbrio social visto que a grande massa da população se situa entre a pobreza e a miséria. O fato de ser administrada por um grupo político pouco preocupado com a evolução industrial e tecnológica, tem se mostrado como uma das principais causas dessa realidade, situando a região entre as mais pobres do Estado.

Nas praças públicas, nos passeios e nos locais de grande movimento de pedestres e de automóveis, crianças de ambos os sexos estão marcadamente presentes solicitando ajuda, dinheiro, comida, oferecendo-se para pequenos serviços de todo tipo, sobretudo, prostituindo-se.

Atualmente, a comunidade conta com aproximadamente 30 instituições criadas para abrigar menores de rua e crianças órfãs ou abandonadas, de ambos os sexos. Cada instituição possui diferentes critérios de aceitação do menor e características particulares, no intuito de atender a uma variada gama de necessidades básicas, principalmente, a alimentar. Encontra-se abrigos e orfanatos em regime de internato, semi-internato, creches e outros. No entanto, com o agravamento dos problemas sociais do País e, em particular, da referida região, tais instituições se tornam menos numerosas, menos preparadas e insuficientes para o atendimento da demanda continuamente em crescimento.

Na instituição onde as observações e diferentes trabalhos foram realizados (na oportunidade, como psicólogos clínicos e consultores), entre os anos de 97 a 99, estavam acolhidas, sob o regime de internato, 110 crianças do sexo masculino, com idade entre 5 e 17 anos.¹ Um número com altos índices de rotatividade, devido a freqüentes fugas, instabilidades, mudanças administrativas e internos de passagem. Na maioria dos casos, os meninos eram admitidos na instituição por serem órfãos, por terem sido abandonados pelos pais ou por serem encaminhados pela polícia, por viverem nas ruas como menores infratores.

Nessa instituição, os meninos recebem educação de nível fundamental, alimentação e atividades ocupacionais e profissionalizantes. Durante

1. Até final de 1999, este numero diminuiu consideravelmente, devido a diversas dificuldades, mas sobretudo, financeiras que a instituição se via obrigada a confrontar-se.

o dia, é servido o café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar. Os meninos vão à escola pela manhã, de 7:00h às 11:00h, e almoçam às 11:30h. Após o almoço, os monitores são responsáveis desde a escovação dos dentes às atividades de oficina que começam às 13:00h e terminam às 20:00h. O horário estabelecido para dormir é às 22:00 h. Durante o dia, existem três interrupções das atividades de monitoria: lanche da tarde às 15:30h, banho às 17:00h e, finalmente, jantar às 18:00 horas.

As oficinas ou monitorias são atividades com fins terapêuticos e ocupacionais. Nelas, são desenvolvidas as seguintes atividades: desenho e trabalhos artesanais, horta, jardinagem, karatê, futebol, teatro e formação religiosa. Existem também quatro setores onde são desenvolvidas atividades profissionalizantes como: fábrica de vassouras, padaria, serralheria e lavanderia. Toda limpeza da instituição é também realizada pelos menores, com a ajuda e orientação de um monitor da limpeza. Tais crianças são acompanhadas por um psicólogo, um assistente social e um dentista. Os cuidados médicos são realizados pelo SUS – Serviço Unificado de Saúde. As crianças recebem ainda roupas e calçados, sempre que necessário.

A tomada de consciência

Logo após a chegada de um novato na instituição, facilmente constata-se sua origem. A presença de certos comportamentos era suficiente para dizer se essa criança vinha das ruas ou não, pois, apresentavam entre outras, características particulares em termos de capacidade intelectual e de relacionamento interpessoal e social. Durante os primeiros meses, mostravam-se agressivas, com elevada ansiedade, desconfiando de tudo e de todos. As vezes, alguma relatava sentir-se perseguida por algum colega ou profissional da instituição. Em geral, as crianças demonstravam extrema dificuldade de se adaptarem às normas e disciplinas que gerenciam o dia-a-dia da instituição, mostrando-se arredias aos inúmeros esforços institucionais que visavam a adaptação à nova “família institucional”, bem como uma possível re-inserção na comunidade.

Além de constatarmos prejuízos no desenvolvimento da personalidade do menor, por não ter participado da interdição de práticas sexuais no momento “oportuno”, tema que iremos refletir a seguir, pudemos observar a existência de um grande despreparo institucional em lidar com tal tipo de clientela.

A realidade do “Menor”

Constatamos que as crianças que apresentavam maior dificuldade de adaptação, distúrbios do comportamento e dificuldades de relacionamento

interpessoal vieram das ruas e que, coincidentemente ou não, tinham vivido histórias de abuso sexual, incesto ou maus tratos. Outro fator evidente, que também consideramos como causa da agressividade e alteração de humor da criança, era a interrupção drástica e forçada da prática sexual como também dos demais jogos e brincadeiras do mesmo gênero (quem ejacula mais longe, quem tem o pênis que fica maior, quem já fez “isso” ou “aqui-lo”, como se faz com menino ou menina, se também já fez com adulto, como é, e outros).

Convém salientar que, logo que uma criança chega à instituição (não importando sua origem), as regras concernentes à disciplina e a várias outras proibições lhe são imediatamente impostas, sobretudo aquelas referentes às práticas sexuais. Fato que o obrigara, repentinamente, a abster-se de seu comportamento precedente, antes visto como normal.

Inegavelmente, tais crianças possuíam um maior número de experiências e informações relacionadas à sexualidade do que muitos adultos, incluindo aqueles que eram responsáveis por sua educação. Fato que se justifica, pela vida nas ruas onde por questões de sobrevivência, a criança se vê obrigada a viver diversos tipos de experiências, principalmente, aquelas relativas a práticas sexuais. Por conseqüência, a rica e variada experiência sexual dessas crianças tornava pouco eficazes as orientações recebidas nesse campo, pelos responsáveis que, na sua grande maioria, eram religiosas, noviças e jovens adultos.

Dessa forma, foi possível distinguir, de maneira marcante, a existência de dois grupos diferentes de crianças. Um primeiro, condenado pelas circunstâncias a viver experiências sexuais as mais diversas, durante o período de latência² e, um segundo grupo, educado em condições “normais”, isto é, em suas famílias ou em lares substitutos. Lembrando que esse último grupo não teve as mesmas oportunidades do primeiro, e as poucas experiências sexuais vividas não foram amplamente intensificadas.

No que se refere à interdição das práticas sexuais, embora estejamos cientes de que modificações radicais nos hábitos diários de uma criança (ou adulto) podem conduzir a sérias dificuldades de adaptação, somos obrigados a assumir tal postura por não dispormos de outras formas de proteção, tanto das normas institucionais quanto das outras crianças que já vivem na instituição, e que, até então, desconhecem as práticas sexuais.

Assim, como resultado direto da interdição tardia (de responsabilidade da instituição) nos confrontamos com um problema cotidiano: a inadaptação institucional. Situações como: a rejeição de certas regras e normas da instituição (em particular a dificuldade de aceitar a disciplina), os conflitos constantes com a autoridade, as crises de ódio dirigidas à família que os abandonaram (e posteriormente transferidas para a instituição), o

2. O paradoxo aqui considerado será posteriormente elucidado.

contato com a violência e abusos sexuais da parte de crianças maiores sobre as menores, constituem parte do dia-a-dia na instituição.

Embora seja difícil colher informações sobre a vida pregressa dessas crianças, nossas investigações revelaram vários casos em que a criança tinha sido preparada não apenas para cometer, mas, também para aceitar o abuso sexual, e por esse mesmo motivo, entendia como normal não ter que falar sobre o assunto. As ameaças de violência física, os maus tratos e até, em certos casos, tentativas de assassinato, normalmente não eram denunciadas. Tais relatos vinham ao conhecimento da administração apenas se outro evento ocorrido fosse considerado mais importante pela criança vitimada. Situações como: promessas de trocas de jogos, brinquedos e dinheiro, que nunca aconteciam, eram motivos que, às vezes, levavam as crianças vitimadas a sentirem-se traídas e a contar parte do que foram obrigadas a fazer.

Há que se levar em conta que, em situações normais, falar desses acontecidos é ainda considerado um tabu tanto pelas crianças como pelos adultos. Outras ocasiões que tornam públicas as práticas sexuais (atos voluntários ou agressão sexual), seriam: 1) quando algum menino que não possui uma história de práticas sexuais, sente-se ameaçado por outro que o força e obriga; 2) quando o psicólogo intervém, utilizando procedimentos psicoterapêuticos como: testes psicológicos, dinâmicas de grupos e ludoterapia.

Na prática, constatamos que tais indivíduos são, em inúmeros aspectos, revoltados, rebeldes, arredios, distantes, indiferentes às normas da instituição e aos indivíduos que os cercam. A este respeito, Kupfer (1989), em seu livro "Freud e a Educação", salienta que não importa qual atividade sexual precoce a criança possa ter tido, sua frequência irá por si só, reduzir a educabilidade da mesma. No cotidiano dos meninos em questão, remarcamos que eles são portadores de prejuízos emocionais graves, considerado como um risco à vida em comunidade e que, por consequência, afeta gradativamente o seu processo de adaptação na instituição. Tais crianças manifestam dificuldades de aceitação, desde as mínimas regras de funcionamento da instituição, como por exemplo: horários de refeições, lazer e outros, até uma completa inadaptação às atividades escolares, vivida por uma radical recusa em aprender e freqüentes fugas da escola.

Com o passar dos dias, a aversão insistente aos hábitos institucionais se transforma em distúrbios do comportamento, como a rejeição ao relacionamento interpessoal, seja com colegas ou orientadores. A agressividade, então, persiste e cresce contra os demais e contra si mesmo. Assim, nos deparamos com diferentes distúrbios de conduta social, dificuldades de aprendizagem e diversas formas de desequilíbrios emocionais vividos por essas crianças.

Dramaticamente, esses prejuízos, já incorporados pelo menor que, na maioria dos casos se aceita como tal, transformam-se em preconceitos vindos da parte de todos que os cercam. A incapacidade de lidar e de entender o

problema da criança, cotidianamente manifesta pelos profissionais, transforma-se numa completa aversão a esse grupo em particular. As crianças que fazem parte desse grupo são vistas como “batatas podres”, ou seja, “sem cura, chegam para apodrecer o resto do saco”.

Assim, diante da constatação de preconceitos e prejuízos psicossociais na educação dessas crianças, somos instigados a formular a seguinte questão: *Que prejuízos psíquicos, à longo prazo, poderiam sofrer as crianças de rua, quando institucionalizadas, em função da radical interrupção das práticas sexuais até então consideradas normais?*

A visão freudiana

De fato, a necessidade de se discutir e pesquisar sobre o comportamento sexual humano, e, em particular, sobre a sexualidade infantil e suas manifestações no contexto social, bem como suas consequências psíquicas, iniciou-se a partir dos primeiros textos de Freud (1907) sobre a questão. Freud rompeu o silêncio e o preconceito sobre o tema, ao denunciar a existência de uma sexualidade viva e dinâmica presente no ser humano, a partir de seu nascimento, e que se estrutura durante a primeira infância, orientando toda a vida do sujeito até sua fase adulta.

A partir de Freud, tornou-se possível o estabelecimento de correlações entre o comportamento social do adulto e as experiências e fantasias sexuais vividas pelos sujeitos durante sua infância. Tal possibilidade propiciou um rápido e importante desenvolvimento das ciências humanas no ocidente, mas, não foi um fator suficientemente importante para dar continuidade a pesquisas sobre o assunto. Já no Brasil, após Freud, vários conceitos e idéias religiosas e culturais foram, na realidade, o suficiente para abafar e tornar o assunto cada vez menos discutido.

A sexualidade infantil, até o final do século XIX, foi considerada pelos intelectuais e cientistas da época como inexistente. O discurso médico, bem como a nosografia (descrição metódica das doenças), consideravam qualquer manifestação da sexualidade infantil como uma doença ou anormalidade. Segundo Desprats-Pequignot (1992), antes de Freud, entendia-se que a sexualidade tinha seu início na puberdade, devido ao surgimento da capacidade de reprodução.³

Como Freud afirma, a existência da sexualidade infantil foi por ele próprio revelada ao mundo científico, em 11 de novembro de 1908. Para ele, existiam os instintos genitais e suas anomalias, nas quais observava a

3. DESPRATS-PEQUIGNOT, Catherine. *La Psychopathologie de la vie Sexuelle*. Paris: PUF, 1992. p. 13.

existência de uma disposição perversa⁴ da sexualidade, visível nas crianças com fixação na perversão. Antes mesmo de elaborar a noção de “recalcamento”, Freud acreditava que as neuroses ligadas aos distúrbios da sexualidade provinham das práticas sociais impostas pela moral vitoriana de seu tempo, tais como a proibição de relações sexuais antes do casamento.

A partir de então, a formulação da noção de “recalcamento” que opera sobre um plano intrapsíquico (o *Ego* como agente de recalcamento), leva Freud a analisar a questão sob um outro ângulo. Em 1896, Freud entende que existe no interior da própria sexualidade, um desprazer – e é esse desprazer que dá forças à moralidade, e não, o contrário. Ainda segundo as reflexões desse autor, as forças morais não operam no sentido de contradizer as tendências do indivíduo – no sentido de se chocarem contra elas mesmas: mas, elas se unem às suas tendências, no sentido em que trabalham juntas, em uma inteira comunhão de interesses.⁵

Para Freud, é a moral transmitida pela educação que introduz na criança os conceitos de pecado, vergonha, que devem necessariamente se opor aos impulsos e práticas sexuais. Dessa forma, para que a vida em sociedade seja possível, faz-se necessário que todos os indivíduos que dela fazem parte, e não apenas os que apresentam dificuldades psíquicas, sejam portadores de um mecanismo de repressão dos impulsos sexuais. É a promessa de permanência do sujeito e de sua sobrevivência no grupo social, que autorizam o EU a atuar no sentido de impedir que o sujeito execute as ações que lhe trariam prazer, mas, que são contrárias à moral, sobretudo, aquelas de conteúdo sexual.⁶

Nossas observações tem nos conduzido a repensar sobre tal mecanismo. O aumento constante do número de crianças de rua, que cometem inúmeros atos de delinquência, bem como as várias experiências sexuais precoces que acumulam, conduzem-nos a concluir que, atualmente, a tese defendida por Freud, infelizmente, não pôde ser aplicada para todos os indivíduos. Pelo menos para grande parte daqueles que temos acompanhado, tais forças morais tem se mostrado demasiadamente inoperantes.

Na prática, o fato de inúmeras famílias brasileiras terem medo de despertar precocemente, na criança, um interesse ou uma prática sexual que deveria normalmente se revelar durante a puberdade, pouco tem valido.

4. FREUD, Sigmund. *La vie sexuelle*. Paris: PUF, 1969. p. 14.

5. No início, Freud tentava responder, dizendo que havia um recalcamento original, inicial, no momento onde o homem adotou a postura ereta. Neste movimento dos ancestrais, inaugural da humanidade, alguma coisa se modificou em direção às zonas sexuais, assim como para a zona anal. Esta modificação teria, então, como função impedir o retorno ao estado anterior, o de quadrúpede. Este recalcamento marcaria, portanto, tais zonas com esta interdição, agregando a essas um prazer originário.

6. O aspecto central desta montagem foi a teoria do conflito psíquico entre o eu e uma idéia incompatível com suas exigências. No decorrer da construção sexual dos seres humanos, são apresentadas práticas sexuais de natureza perversa, que retornaram mais tarde por causa de repressão e terão que se submeter ao domínio das práticas genitais, tendo como objetivo, a procriação.

Trata-se de um sentimento ou esforço inútil da parte dos pais, visto que os meios de comunicação investem e favorecem a valorização da descoberta sexual e da liberdade para a prática das mais inusitadas fantasias sexuais. É possível, em certas novelas exibidas a partir das quatorze horas, assistirmos cenas onde crianças de 6 a 10 anos, interpretam papéis nos quais se dizem apaixonados e iniciam uma relação amorosa. Da mesma forma, encontramos famílias que investem na sensualidade de seus filhos, estimulando assim uma aprendizagem precoce concernente à vida sexual adulta. Normalmente, isso ocorre no seio familiar, mediante diversas ações que reproduzem na criança a sensualidade encontrada no mundo dos adultos. O simples fato de escolher para as crianças roupas de adultos, trocar de roupas diante das mesmas, convidá-las a compartilhar de banhos juntos e da mesma cama, reflete um ambiente de risco, altamente propício para despertar, inicialmente a curiosidade, e depois, o interesse por assuntos que não deveriam ainda fazer parte de seu mundo de preocupações. O mesmo risco é cotidianamente vivido pelas famílias, quando também excedem nos níveis de liberdade e na falta de barreiras que possam separar a intimidade do casal daquela dos filhos.

Pequenas ações como essas, são aparentemente inofensivas, mas, se repetitivas, agregam a outros fatores que desde a primeira infância concorrem para incitar e favorecer na criança o desejo precoce sobre questões que se referem à sexualidade dos adultos.

Nossas observações confirmam o postulado de Freud segundo o qual, as influências externas, sobretudo as relativas à sedução, são capazes de provocar distúrbios durante o período de latência e que, nesse caso, o instinto sexual existente na criança se revela de forma perversa e polimorfa. De fato, os efeitos dessa interferência vão ainda bem mais longe: a vivência de atividades sexuais precoces por parte da criança reduz sensivelmente sua educabilidade.⁷ Os sucessivos fracassos escolares, bem como as dificuldades de aceitação de simples normas de conduta, seja nas atividades escolares, seja nas atividades lúdicas desenvolvidas em grupo pelos indivíduos observados, ilustram essa questão.

Convém ainda salientar que Freud vai um pouco além da questão das vivências sexuais precoces. Segundo o autor, além das atividades sexuais propriamente ditas, as fantasias relativas à atividade sexual, podem também se constituir em fatores responsáveis por distúrbios da conduta infantil e da vida adulta. Em 1916, durante uma conferência de introdução à psicanálise, Freud explica que tal pressuposto foi debatido em seus estudos sobre as perversões e sobre a sexualidade infantil, abordado em 1905 em "*Três ensaios sobre a teoria sexual*"⁸. Em 1938, no texto sobre "*Ensaio de*

7. Freud, p. 241, vol. VII.

8. FREUD, Sigmund. *Obras Psicológicas Completas*. Vol. VII, Rio de Janeiro: Standard Brasileira, 1976.

Psicanálise", Freud escreve pela última vez as grandes linhas de seus postulados relativos ao desenvolvimento da função sexual, que contradizem as idéias populares difundidas na época. Citamos o autor: "A vida sexual não começa na puberdade, na realidade ela se manifesta bem mais cedo, isto é, desde o nascimento".

Depois de quase 100 anos, considerando as mudanças e contribuições teóricas surgidas depois de Freud, observamos que existe atualmente uma realidade que se manifesta de forma bastante diferenciada. Constatamos que a queda da censura observada nos dias atuais, a começar pelas mudanças comportamentais dos pais dentro do ambiente familiar e estimulada pelos meios de comunicação, contribuíram enormemente para uma mudança de valores, no tocante à sexualidade infantil. Manifestações sexuais infantis, antes consideradas perversas, estão hoje sendo aceitas como parte de um comportamento normal.

Consideramos ainda que inúmeros outros fatores tem contribuído para agravar essa situação como, por exemplo: a falta de habilidades dos pais para se ocuparem de seus filhos, atitudes irresponsáveis dos mesmos, o fato de terem sido obrigados a aceitarem e conviverem com uma criança que não foi desejada, a pobreza e diversas condições precárias de sobrevivência. A falta de habilidade dos pais é frequentemente denunciada por órgãos responsáveis pelo bem-estar da criança e por agentes de proteção do menor, notadamente através de situações como:

1. não definição de limites no seio familiar;
2. autoridade parental exercida de forma errônea ou inexistente;
3. falta de respeito à integridade da criança;
4. reduzida presença ou inexistência de conceitos e valores morais capazes de conduzir a criança em direção a relações sociais equilibradas.

Enfim, podemos assinalar que um grande número de famílias brasileiras deixaram há muito tempo de assumir seu papel de mantenedoras dos valores e atitudes sócio-culturais defendidos pela sociedade como um todo.

A família brasileira

Uma observação aprofundada do dia-a-dia das famílias brasileiras, conduz-nos à constatação da existência dos mais variados tipos de orientações, chegando a dois tipos particularmente extremos.

Para exemplificar: 1) inúmeros são os pais que impedem seus filhos de brincarem com outras crianças. Segundo a visão deste grupo, se as crianças são do mesmo sexo, isso irá propiciar o surgimento de práticas homossexuais através das experiências de iniciação sexual, e se são de sexos diferentes, irá interferir de forma prejudicial deixando o menino afeminado ou a menina

com manias de macho, e, 2) pais que estimulam brincadeiras e jogos de seus filhos com adultos. Na vida cotidiana, esse segundo tipo se mostra mais acentuado, sobretudo naqueles pais de crianças do sexo masculino. Dentro de uma perspectiva nada ortodoxa e, porque não dizer, "doentia", certos pais, parentes ou responsáveis, incitam suas crianças a participarem de jogos sexuais, seja consigo mesmos, seja com estranhos. Tal realidade e concepções contraditórias revelam a existência da grave falta de informação sobre a sexualidade infantil, por parte dos adultos, e de um total desconhecimento dos riscos psicossociais provenientes da prática precoce de condutas sexuais, pela criança. Tal quadro revela ainda o quanto a educação sexual no País se mostra obsoleta quanto aos riscos de uma má orientação sexual, influenciando na formação da personalidade e trazendo fracassos para o potencial intelectual de inúmeras crianças.

Esse mesmo tipo de "incompetência parental" pode ser facilmente observado tanto em famílias pobres, quanto em famílias de outras classes sociais. Por diferentes motivos, essas se vêem forçadas a reduzir os momentos de convívio familiar em troca de uma maior produção, de mais dinheiro e mais consumo.

Evidentemente, as famílias pobres são duplamente atingidas. Num primeiro momento, vendo-se incapazes de garantir o mínimo de dignidade econômica para seus membros, são obrigadas a se manterem na frustração por permanecerem impossibilitadas a oferecer aos seus filhos conforto e acesso às riquezas culturais e tecnológicas proporcionadas pela sociedade moderna. E num segundo momento, como pertencem a uma sociedade dita puritana, essas mesmas famílias são ainda vitimadas pelo radicalismo religioso que as impedem de evitar filhos, aumentando desmedidamente sua prole e as obrigando ao confronto constante com Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS e outros.

De fato, a essa realidade de fracasso econômico, agrega-se o conseqüente desastre social, sobretudo moral, revelados no cotidiano das famílias pobres brasileiras, nas quais encontramos a totalidade dos pais e responsáveis das nossas crianças de rua, futuros menores institucionalizados.

Assim, o que se encontra nas instituições de apoio ao menor são crianças provenientes de famílias onde os pais se demitiram de suas responsabilidades paternas, permitindo, estimulando e forçando a permanência de seus filhos nas ruas, à mercê de sua própria sorte. O resultado disso não poderia ser outro senão o aumento progressivo de crianças de rua e uma conseqüente elevação de sua experiência curricular. Ou seja, no aprendizado de todo tipo de vivências, uma vez que nas ruas, a única lei que rege a conduta dos grupos é a lei do mais forte e a do mais esperto. Então, evidentemente deve-se aprender de tudo.

Poderíamos assim dizer que, para que o homem sáísse de seu estado primitivo, ele se viu obrigado a percorrer um caminho demasiadamente longo, tentando deixar pra trás a lei das selvas, para criar a lei dos homens.

Mas, o que realmente se observa na prática atual é o inverso. Diante de tantos obstáculos e dificuldades, alguns parecem ter escolhido o caminho mais curto, aquele que o leva de volta e o reconduz a seu estado primeiro.

Hoje em dia, em verdade, seria difícil supor onde tudo isso começou, ou seja, se a mídia tem desmedidamente influenciado a conduta das famílias ou se essas últimas são as grandes responsáveis pela diminuição da censura nos meios de comunicação de massa. Podemos dizer, então, que Freud nos lançou um alerta inicial que, lentamente, os profissionais contemporâneos, responsáveis pela educação, parecem começar a aceitar como realidade. Segundo nosso ponto de vista, seria importante lembrar que tal momento poderia se resumir ainda na necessidade de se discutir sobre planos e projetos que tratam do planejamento familiar, e, principalmente, daquele que se refere ao controle de natalidade⁹ nesse País.

Retomando os pressupostos de Freud, que consideram que o período de latência se caracteriza pela interrupção do desenvolvimento dos órgãos sexuais externos e em função da censura exercida pelo ambiente, nessa fase, as manifestações da sexualidade se apresentam timidamente. Neste momento, gostaríamos, então, de transpor esses pressupostos à realidade brasileira e refletir sobre a seguinte questão: *O que fazer diante de casos de crianças que não passaram pelo processo de interdição das práticas sexuais no período de latência?*

No cotidiano das famílias brasileiras, é ainda possível observar que tais pressupostos, do início do século XX, aplicam-se mais facilmente àquelas famílias que, orientadas por valores morais e sociais mais restritos, procuram conduzir seus filhos em direção a condutas sociais aceitáveis. Nesses casos, para evitar o aparecimento de práticas sexuais precoces, alguns pais ainda “lançam mão” de recursos morais para reduzir os impulsos naturais infantis dirigidos às descobertas sexuais. Nesse contexto, entra em ação a noção freudiana de “recalcamento”.¹⁰

Assim, se na prática, encontramos de um lado famílias do tipo “laissez-faire” e, de outro, encontramos aquelas que educam seus filhos de forma excessivamente repressiva, o que seria o mais correto a fazer? Afinal, só podemos falar de “recalcamento” no sentido freudiano, a partir do momento em que a criança foi de alguma forma, no tocante à vida sexual, alvo de repressões externas. Então convém insistir sobre a realidade daquelas que vieram das ruas e foram institucionalizadas. Crianças que, nos piores casos, desde seu nascimento, não foram alvo de interdições no tocante à vida sexual,

9. Não entraremos em detalhes sobre o assunto, pois no momento, esta discussão não seria oportuna.

10. “As práticas educativas são determinantes no processo de recalcamento, as quais serão transmitidas pelo educador, e que por sua vez, incidem sobre a sexualidade infantil” (Freud e a Educação, p. 47).

seja por parte da família, de responsáveis ou da escola, mas que, de repente, deparam-se com normas rígidas que as impedem de viver experiências ditas agradáveis, aceitáveis, e ainda consideradas como normais no seu contexto socio-cultural.

O drama institucional

Toda essa situação se constituiu, em particular, numa de nossas maiores preocupações, pois, as pessoas responsáveis pelos cuidados e orientação dessas crianças, estavam longe de apresentarem um perfil apto para tal tarefa.

De fato, tais meninos chegam à instituição cheios de hábitos que refletem suas experiências sexuais. Tal situação se constitui num obstáculo, pois, os profissionais encarregados da educação dessas crianças, dificilmente recebem uma preparação adequada para melhor compreender e, sobretudo, para lidar com um comportamento típico sexual de criança, e com raras exceções, aos que fogem da normalidade. Segundo o relato de alguns responsáveis, *"estes já deixaram de ser crianças há muito tempo, portanto, nada mais normal e esperado que tratá-los como adultos"*.

A falta de informação, os tabus, a vergonha e o medo de discutir sobre tais questões, representam bem o cenário construído no seio desta instituição. Assim, as dificuldades dos profissionais responsáveis pelo acompanhamento e orientação dos menores, no que tange ao interesse por uma capacitação específica e profissionalizante, à compreensão dos fenômenos próprios da sexualidade infantil e dos cuidados necessários para um bom processo educativo, são consideráveis. As dificuldades desses profissionais, no tocante ao tema da sexualidade, reflete portanto, uma questão ainda mais ampla, própria da modernidade: uma mera repetição do cenário nacional.

Nos países em desenvolvimento, existe na atualidade um apelo excessivo à discussão desse tema. No entanto, a prática e a "evolução" das experiências sexuais, no Brasil, não diferem daquelas de países industrializados ou de "primeiro mundo". O que se observa de fato, é a pura negligência político-educacional, diante de uma realidade, "que está aí", "veja quem quer ver". Como resultado que aliás, não dá pra omitir; o crescente número de problemas sociais e psicológicos ligados à vida sexual dos cidadãos deste País.

Segundo Schiavo (1977), na maioria dos países, as famílias e as escolas – principais agentes de socialização – não se encarregam efetivamente desse importante aspecto de função social; a educação sexual. Aparentemente, grande número de famílias se demitem dessa responsabilidade, considerando-a própria da educação escolar. Em contrapartida, a escola não se encontra preparada para assumir tal tarefa, o que favorece ainda mais o desenvolvimento de uma espécie de "analfabetismo sexual" dos cidadãos.

Ao longo da história de formação da sociedade brasileira, como na atualidade, a grande repressão, o medo, as proibições divulgadas por inúmeras seitas e religiões, fundamentadas no Cristianismo (Silva 1977), e ainda, pelos erros e inoperância da estrutura familiar, a educação sexual passou e passa por um processo lento e confuso de sistematização. Durante séculos, uma única questão, a da “determinação do objetivo do ato sexual” – justificável por reprodução ou por prazer, ocupou o centro das discussões.

Atualmente, as dúvidas encontradas pelos indivíduos comuns e por profissionais ligados à essa questão, os preconceitos gerados pela falta de informação, bem como posições extremamente pragmáticas, fazem-nos crer que estamos longe de encontrar uma resposta satisfatória para todos. Inegavelmente, idéias enganosas tem contribuído de forma marcante para o desconhecimento da sexualidade humana, para com a elevação das dificuldades de relacionamento entre homens e mulheres, e para a pequena atenção dada às questões propostas por crianças e adolescentes; e ainda, para a manutenção dos velhos processos de exclusão de grande parcela da população (homossexuais, prostitutas, artistas e outros). Consideramos, ainda, que a influência do discurso cristão e, particularmente, do discurso católico na sociedade brasileira, foi crucial para o agravamento do quadro atual. Embora o *discurso cristão original*¹¹, seja pouco repressivo no que concerne à vida sexual dos fiéis, as instituições que se fizeram guardiãs do mesmo, elaboraram um fabuloso esquema de interdição e de tabus sobre a questão. Sabe-se que o interesse social desse período, nada mais foi que o de manter o controle sobre os cidadãos, sobretudo, a partir do fim da Idade Média e início da Idade Moderna.

Constata-se assim, que desde o final da Idade Média até o início do Século XX, a questão de uma educação sexual fundamentada no conhecimento científico, foi completamente negligenciada ou estrategicamente esquecida. E, como resultado, assistimos ao quadro dramático da realidade brasileira repleta de profissionais despreparados para lidar com as questões da sexualidade, principalmente com aquelas que se referem à sexualidade infantil.

A visão político-social do Brasil

Entre tantos paradoxos que caracterizam a sociedade brasileira, um deles tem em particular, atraído nossa atenção. Tal paradoxo situa-se entre os tabus existentes nas sociedades ocidentais católicas e a necessidade atual

11. Os Textos Bíblicos fazem alusão à sexualidade, e mesmo à prática sexual como um dom divino capaz de aproximar os homens de Deus pelo fato de perpetuarem a obra da criação. Não existe no entanto, relação direta entre sexo e pecado, entre nudez e pecado. Tal visão foi introduzida pela Igreja Católica durante a Idade Média.

de se discutir sobre a sexualidade humana de forma científica. Fato que tem proporcionado o aparecimento de posições conflituosas impedindo um real avanço social nesse campo. As novas considerações sócio-culturais relativas às práticas homossexuais, heterossexuais e outras, exigem um melhor conhecimento sobre a sexualidade infantil, bem como do modo como as crianças interpretam tais práticas anteriormente repudiadas pela sociedade. Tal procedimento é uma garantia suplementar para uma adequada abordagem das questões levantadas pela criança, e também representa a possibilidade de um melhor acompanhamento daquelas que exigem cuidados especiais.

Mantendo estreitos vínculos com a situação social do País, a questão da sexualidade infantil se resume na nossa principal inquietude, enquanto pesquisadores, e leva-nos a mais uma reflexão: *é possível, em uma sociedade com inúmeros problemas tidos como prioritários (tais como a fome, o desemprego, a falência do sistema de saúde, as crises de ordem econômica, a imoralidade política e outros), encontrar lugar e meios para uma melhor compreensão da subjetividade infantil?* Se, teoricamente, a sociedade brasileira considera importante a educação como a garantia de um futuro melhor, na prática, tal consciência permanece adormecida. Se praticamos um discurso que fala dos cuidados que se deve ter com as “raízes da árvore”, como ignorar que tais raízes estão à mercê de “parasitas”?

No intuito de desenvolver entre os brasileiros a preocupação de um melhor gerenciamento da sexualidade adulta, bem como de minimizar os avanços das doenças sexualmente transmissíveis e, principalmente da AIDS, vimos nos anos 80, e em maior escala, nos anos 90, a implementação de vários projetos de melhoria e aperfeiçoamento sistemático da educação sexual de crianças, jovens e adultos, tanto através de instituições de ensino, quanto através dos meios de comunicação social. Porém, os recursos financeiros destinados a este fim (provenientes do Estado), bem como a falta de profissionais aptos para uma adequada orientação sexual, fazem com que tais iniciativas se diluam no tempo e espaço e se mostrem extremamente infrutíferas. Os responsáveis por essa orientação específica não estão ainda sensibilizados para o fato de que tal educação não se realiza de forma efetiva se fatores morais, sociais e psicológicos não forem levados em consideração. Além disso, seria importante nos perguntarmos se os investimentos financeiros destinados a esse fim, são de fato suficientes para se trabalhar uma situação tão complexa.

Abrangendo um pouco mais nossos limites territoriais... nos anos 70, os países da América Latina, sob a influência do SIDA (*Sweden International Development Agency*) fundaram o Centro de Educação Sexual (CESAL), com sede no Equador. Dissidentes do CESAL criaram, em seguida, em 1973, a *Oficina Latino-Americana de Educación Sexual* (OLES), com sede na cidade de Assunção, no Paraguai. No primeiro Seminário Interameri-

cano de Educação Sexual organizado pela OLES em 1978, a posição oficial do Brasil foi a seguinte:

- “No Brasil, inicialmente, concerne à família tratar dos problemas relativos à educação sexual;
- A escola não dispõe de uma infraestrutura adequada para assumir funções assim tão delicadas, primeiro porque consideramos inadequado as chamadas aulas de educação sexual;
- Somos, então, contrários às aulas de educação sexual. Aceitamos que a educação sexual seja feita, de preferência, de modo individual e por profissionais realmente capazes;
- A iniciação do adolescente às práticas sexuais não se situa entre as funções da escola. Só a família reúne as condições morais e psicológicas necessárias para transmitir um assunto delicado tal como a educação sexual, uma orientação sábia e eficaz.” (Silva, 1977).

Tal posição assumida pelos representantes brasileiros, por ocasião desse Seminário, revela a confusão existente entre educação sexual e incitação a práticas sexuais. Isso significa que os primeiros responsáveis em analisar e elaborar soluções para um problema de proporções alarmantes e crescente no País estavam, de fato, em grande defasagem com a realidade da época.

Outro aspecto importante é a falta de senso crítico quanto à competência familiar sobre tal assunto, bem como a idéia de que se poderia promover uma educação sexual de forma individualizada num país de poucos recursos financeiros. Notadamente, num país onde os problemas sociais de forma alguma são vividos por indivíduos isolados, mas, sim, por grupos. A própria criação de instituições que tratam da questão da sexualidade revelam que, de fato, as famílias não têm sido capazes de ocupar o papel que lhes é atribuído pela sociedade.

A posição assumida pelo Brasil, no Seminário acima citado, mostra ainda os efeitos sofridos pela sociedade com o *golpe militar* de 1964. Com a tomada do poder pelos militares, foi incluída nos currículos escolares a disciplina *Educação Moral e Cívica* que, por sua vez, era controlada pela *Comissão Nacional de Moral e Civismo*. Tal comissão defendia a posição de Rousseau¹², segundo a qual “a inocência é a maior defesa da pureza e da castidade”. Essa proposição, como inúmeras outras idéias arcaicas, tornaram-se características da educação brasileira.

Nos anos 60 e 70, os brasileiros foram vítimas de uma educação autoritária que buscava simplesmente desenvolver a docilidade entre os indivíduos, com vistas a um melhor controle dos mesmos pelo poder militar vigente. Pode-se dizer que o militarismo foi uma versão moderna de todo

12. Citado por Silva, 1977.

um processo educacional instituído desde a chegada de Cabral nas Terras de Santa Cruz, passando pela ação ao Santo Ofício (versão portuguesa da inquisição espanhola) e, finalmente, pela forte influência da educação católica que, por séculos, foi o principal vetor educacional no País.

Evidentemente, maior seria o poderio dos militares quanto menor fosse a capacidade de reivindicação de uma sociedade atingida por inúmeros e crescentes problemas sociais. Se o conhecimento é a fonte do poder, indubitavelmente os detentores do poder não poderiam fazer outro que controlar os cidadãos via educação. Da mesma forma, quanto mais se mantêm conceitos e paradigmas arcaicos entre as pessoas, quanto mais se atribui uma competência a um indivíduo ou grupo que de fato não a possui, mais susceptíveis de intervenção pelo poder do Estado os sujeitos se encontram. Evidentemente, a detenção e a difusão do saber tende a, cada dia mais, partir de uma minoria em direção à maioria. A questão que se coloca aqui não é a da direção do vetor, mas, de que tipo de conhecimento, qual saber está sendo transmitido para aqueles que devem recebê-lo.

No tocante à educação em geral, Freud considera que o educador deve procurar proporcionar para seu educando o justo equilíbrio entre o prazer individual (o prazer entendido como algo inerente às pulsões sexuais), o bem estar e as obrigações sociais (o que diz respeito à repressão e sublimação das pulsões). O que observamos, a partir do golpe militar de 64, parece-nos ilustrar uma preocupação vivida por Freud quando diz que *"... a civilização, pela via da educação, exagera e produz efeitos semelhantes àqueles que podem ser produzidos pelo Ego – a neurose. A civilização, que produz ações educativas exageradamente severas, é neurótica."* Mesmo que nos recusemos a ver o processo educativo elaborado para a sociedade brasileira também como um processo neurotizante, temos que estar, ao menos, cientes de que ele apresenta as seguintes características:

- Existe uma relação de autoridade professor-aluno extremamente exagerada no tocante ao saber;
- Os conteúdos repassados são, em sua maioria, pouco úteis às reais necessidades dos educandos;
- Os próprios educadores desconhecem, por completo, a existência de uma sexualidade normal e vigente na criança;
- As questões, dúvidas e informações que fazem referência à sexualidade são relegadas a último plano, trazendo assim uma total recusa e negação de sua importância e necessidade.

Um problema social que não pode esperar o amanhã

A realidade vivida pela sociedade brasileira no tocante à questão sexual é, de fato, preocupante. Somos uma sociedade puritana, onde os valores

cristãos, principalmente aqueles em torno da noção de pecado, situa-se na base da formação de uma moralidade pública e privada. Encontramos inúmeras escolas, onde questões que gravitam em torno do tema da sexualidade, são desencorajadas e, por vezes, formalmente proibidas. Mesmo a abordagem do tema segundo uma perspectiva biológica e científica é considerada, em algumas situações, inconvenientes por contradizerem alguns dogmas religiosos. Diante de tal quadro, somos levados a nos perguntar: *Como recusar discutir sobre o tema da sexualidade nas escolas, se é sobretudo a família, (depois a vizinhança e a escola) o melhor representante de um espaço físico propício para o aprendizado e descobertas que os conduzem em direção as práticas precoces da sexualidade? Como pode a escola, lugar de continuidade do processo de formação da personalidade da criança, recusar-se a abrir espaços com vistas a fornecer aos seus educandos instrumentos adequados para uma melhor conduta sexual; já que as famílias, por sua vez, mostram-se ineficientes?*

Por uma questão de “lógica social” (se isso um dia vai existir neste País), consideramos antes de tudo, que os governantes interessados numa boa formação moral, devem melhor utilizar o espaço que lhes é atribuído. O hábito de considerar a família como a única responsável pela educação sexual de seus membros, família essa que não reúne mais as condições necessárias para tal tarefa, só servirá para aumentar o já devastador “analfabetismo sexual” dos cidadãos. A omissão da escola poderá contribuir para manter os riscos e aumentar o número de experiências sexuais precoces entre as crianças de famílias pouco assistidas.

É preciso que a sociedade, em sua totalidade, seja alertada para o fato de que a criança não é e nunca foi um ser assexuado. O que deve ser dito é que, para o bem estar da criança no futuro, precisamos assumir desde agora uma nova postura educacional. Precisamos aprender a responder adequadamente as questões referentes à sexualidade que atormentam o mundo da criança, dando-lhes respostas que sejam, direcionadas e adaptadas para o universo infantil. É preciso tomarmos consciência de que existem situações próprias do mundo adulto e que devem permanecer como tal.

É fundamental que a sociedade como um todo, seja alertada para o fato de que existe uma sexualidade infantil viva e dinâmica, que precisa ser protegida e canalizada para o desenvolvimento de ações que contribuam para uma adequada inserção da criança em seu próprio mundo infantil e para a formação de uma identidade sexual adaptada para seu bem-estar.

De nossa parte, nós que lidamos com órfãos, crianças abandonadas por suas famílias, crianças que, não suportando seu ambiente familiar, viram-se forçadas a buscar a paz e o conforto na “insegurança” das ruas, perguntamos: *qual deve ser nossa postura? Devemos ser cúmplices da “educação sexual” recebida em sua passagem pelas ruas? Devemos aceitar que o mundo infantil continue sendo um mundo dividido em dois, isto é, o mundo daqueles que são assistidos e que, portanto, serão respeitados em seus*

direitos, e um outro mundo, o mundo daqueles que, desde seu nascimento, serão já programados para serem alvos de maníacos sexuais de toda espécie?

Dentre todos os problemas sociais, sem dúvida, os mais graves e os mais negligenciados por nosso sistema político e social são a falta de assistência à família, e o descaso com que é tratada a educação dirigida a nossas crianças, adolescentes e jovens. A família não tem sido mais que um conceito abstrato nos discursos dos políticos durante as campanhas eleitorais. Assim, o que se observa é a existência de um abandono da família enquanto instituição protetora da criança e do adolescente. É preciso que o Estado concentre sua atenção sobre essa "célula embrionária", pois, é ela que determina a forma e o modo como serão as relações humanas na sociedade do futuro. A educação, por sua vez, é a garantia da sobrevivência da sociedade, visto que o que sustenta os sistemas sociais na atualidade, não são necessariamente os recursos financeiros, mas, principalmente o *saber-fazer*, isso é, a capacidade inventiva de um grupo; capacidade essa que, não importa em qual situação, busca sempre uma forma de superação da crise.

Conclusão

A existência de experiências sexuais precoces pode ser um importante fator, capaz de comprometer o desenvolvimento da personalidade e das capacidades intelectuais de crianças e adolescentes e, ainda, ser o principal responsável pelas freqüentes dificuldades emocionais, pelo atraso psíquico e inadaptação social dos indivíduos inseridos no meio institucional.

Nossas observações nesse meio, bem como a clínica dos distúrbios da conduta sexual infantil, levam-nos a concluir que o equilíbrio na vida sexual do adulto depende em grande parte, da qualidade da educação recebida pelas crianças, incluindo os assuntos que envolvem o conhecimento e os jogos próprios do desenvolvimento sexual. Indubitavelmente, o equilíbrio da sexualidade do adulto pode ser fortemente comprometido, não apenas pelos processos de repressão e inibição da manifestação sexual infantil, mas, também, pela influência negativa durante o período de infância. Processos que estimulam e reforçam as experiências sexuais precoces, as quais consideramos como anti-naturais e desumanos em sua maioria, pois, produzem efeitos nefastos irreversíveis.

As crianças e adolescentes por nós assistidos, são o testemunho de como é difícil para uma criança confrontar-se e ser obrigada a viver fantasias sexuais de adultos, e não aquelas que pertencem ao seu próprio mundo. Na realidade, ao conhecerem e "provarem" do mundo de fantasias próprias dos adultos, o "cenário original" da criança, no qual formulam suas interrogações, suas hipóteses, é gravemente perturbado, quando não destruído por completo. Consideramos que, dentre todos os tipos de agressão contra crianças encontradas no seio da sociedade brasileira, as práticas nas quais a

sexualidade infantil é explorada, desfigurada e pervertida, são as mais brutais. Mesmo que a vida se encerre na morte, essa última não deve ser a primeira preocupação daquele que começa a viver.

Estamos também cientes que, no tocante às perdas e prejuízos psicossociais, frutos da institucionalização, a proibição (interdição) tardia imposta às crianças de rua, constitui-se num fator traumático suplementar. Tais crianças, por não compreenderem o porquê da negação de um comportamento que, por muito tempo, foi considerado normal, vêem a nova ordem como uma ameaça e, em contrapartida, rejeitam a instituição e todas as proposições que lhes são formuladas. Essa delicada e difícil situação exige dos educadores e estudiosos do comportamento humano, maiores reflexões com vistas à busca de soluções mais eficazes e menos traumáticas.

Enfim, em meio a tantas dificuldades para encontrarmos respostas a questões tão delicadas e complexas, esperamos ao menos, ter suscitado alguma reflexão quanto ao cenário atual no qual se encontra parte da realidade das crianças de rua deste País.

Bibliografia

- BECKER, D. *O que é Adolescente*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BOLSANELLO, A. *ABC da Educação Sexual*. São Paulo: Ed. Dinâmica, 1.
- BOLSANELLO, A. *Enciclopédia Pedagógica da Educação Sexual*. Curitiba: Ed. Educ. Bras., 1975.
- BOLSANELLO, A. *Educação Sexual*. São Paulo: Clube do Filme Fixo, 1974.
- CAVALCANTI, R.C. e VITIELLO, N. *Sexologia – I*. São Paulo: Roca, 1987.
- COMISSÃO DE SAÚDE DO ADOLESCENTE. *Adolescência e Saúde – 2*. São Paulo: S.E.S., 1994.
- CONGER, J. *Adolescência, Geração sob Pressão*. São Paulo: Harper, 1980.
- COURNUT, J., e col. *Psychanalyse et sexualité*. Paris: Dunod, 1996.
- DESPRATS-PEQUIGNOT, C. *La psychopathologie de la vie sexuelle*. Paris: P.U.F., 1992.
- DIMENSTEIN, G. *As meninas da noite*. São Paulo: Bralienses, 1992.
- DOLTO, F. *Séminaire de psychanalyse d'enfants*. Vol.: I, II, III. Paris: Éditions Du Seuil, 1988.
- FOUCAULT, M. *Histoire de la Sexualité: La volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976.
- FREUD, S. *Obras Psicológicas*. Volumes: VII, XIII, XVI, XVII, XIX. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1976.
- GABEL, M. *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus Editorial, 1992.
- HEIDEGGER, M. *Todos nós... Ninguém*. São Paulo: Moraes, 1981.
- JEANNIERE, A. *Antropologia Sexual*. Lisboa: Livraria Moraes Editora, 1965.
- KUPFER, M. C. *Freud e a Educação*. São Paulo: Scpione, 1989.
- LAPIERRE, D. *Muito além do amor*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1991.

- MAURA e col. *Psicologia para Educadores*. Ciudad de La Havana: Ed. Pueblo y Educación, 1995.
- SIBOULET, A. *O canto de sereia da sedução*. Salud Mundial, abril, 1982.
- SILVA, A. C. *Liberdade Sexual e Organização Social*. Rio de Janeiro: Femina, 1983.
- SILVA, Ma. C. A. e organizadores. *Sexologia: Interdisciplinaridade nos modelos clínicos, educacionais e na pesquisa*. Rio de Janeiro: U.G.F., 1977.
- SSMA. *Educação em DST*. Rio Grande do Sul, 1985.